

SUMÁRIO

PREFÁCIO – <i>Prof. Dr. Nelson Mannrich</i>	13
INTRODUÇÃO	21
APRESENTAÇÃO	21
JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TEMA	21
DELIMITAÇÃO DO TEMA	23
METODOLOGIA	24
PROBLEMATIZAÇÃO	25
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	27
Capítulo 1. O DIREITO DO TRABALHO E A HIPOSSUFICIÊNCIA DO TRABALHADOR	29
1.1. O fundamento do Direito do Trabalho e o empregado hipossuficiente	29
1.2. O princípio da proteção como pilar do Direito do Trabalho	34
1.3. Panorama histórico da proteção do trabalhador por meio do Direito do Trabalho: a predominância do trabalhador hipossuficiente	40
1.4. O mundo do trabalho hoje e a pluralidade no mundo do trabalho	54

Capítulo 2. O EMPREGADO HIPOSSUFICIENTE E O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE.....	76
2.1. Principais características do trabalhador hipersuficiente: aspectos gerais do parágrafo único do art. 444 da CLT	77
2.1.1. <i>Os requisitos legais.....</i>	79
2.1.2. <i>O tratamento legal do empregado hipersuficiente.....</i>	81
2.2. Críticas ao parágrafo único do art. 444 da CLT	92
Capítulo 3. REPENSANDO A HIPERSUFICIÊNCIA – EM BUSCA DE UM CONCEITO DE EMPREGADO HIPERSUFICIENTE.....	107
3.1. Um acerto de diagnóstico: a reforma trabalhista e a pluralidade no mundo do trabalho	107
3.1.1. <i>Semelhanças e diferenças entre o empregado hipossuficiente e o empregado hipersuficiente.....</i>	108
3.2. Subordinação e dependência do empregado hipossuficiente e do empregado hipersuficiente.....	110
3.3. Os poderes do empregado hipersuficiente e a sua posição na estrutura da empresa.....	116
3.4. A liberdade contratual do empregado hipersuficiente e a natureza do Direito do Trabalho	119
3.5. O alcance do princípio da proteção no contrato do hipersuficiente	121
Capítulo 4. A CONSTITUCIONALIDADE DA HIPERSUFICIÊNCIA DO TRABALHADOR.....	126
4.1. A concretização e a metódica estruturante de Friedrich Müller...	127
4.2. As mudanças sociais relevantes para compreensão da concretização constitucional.....	134
4.3. O programa normativo e o âmbito normativo de três normas constitucionais	138
4.3.1. <i>O princípio da Igualdade</i>	139
4.3.2. <i>Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.....</i>	142
4.3.3. <i>O art. 7º da CF.....</i>	145
4.4. A inconstitucionalidade dos critérios do parágrafo único do art. 444 da CLT	150
4.5. A constitucionalidade do <i>critério da posição hierárquica</i>	152
4.6. A constitucionalidade do princípio protetivo, conforme o parágrafo único do art. 444 da CLT	155

4.7.	Os limites constitucionais da preponderância do contrato individual do trabalhador hipersuficiente	156
4.8.	A dicotomia e a natureza do Direito do Trabalho e a Constituição	158
CAPÍTULO 5. POR UMA REDEFINIÇÃO DA HIPERSUFICIÊNCIA		160
5.1.	Respondendo às perguntas propostas	161
5.2.	Ajustes necessários e proposta para uma alteração da legislação	163
CONCLUSÃO		165
REFERÊNCIAS		169